

CENTRO LOGISTICO DA AERONAUTICA

Termo de Referência 276/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
276/2025	120071-CENTRO LOGISTICO DA AERONAUTICA	CAROLINA APARECIDA DE MATOS GOMES	15/12/2025 10:59 (v 0.13)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67101.001885/2024-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material, na modalidade sob demanda, de itens aplicados ao projeto SS (Segurança, Salvamento e Sobrevivência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Requisição	Especificação	CATMAT	Quantidade mínima	Quantidade Máxima	Valor unitário máximo aceitável	Valor Total
1	LSS281001SS	MANTA OU FOLHA DE NEOPRENE (Exclusivo ME /EPP)	444784	10	10	R\$ 72,21	R\$ 722,10
2	LSS281002SS	CORDA DE POLIESTER (Exclusivo ME/EPP)	610865	30	50	R\$ 44,44	R\$ 2.222,00
3	LSS281003SS	KIT ADESIVO PARA REPARO DE BOTES INFLÁVEIS (Exclusivo ME /EPP)	413297	50	50	R\$ 9,77	R\$ 488,50
4	LSS281004SS	LANTERNA DE MÃO HÍBRIDA (Exclusivo ME /EPP)	607428	8	50	R\$ 183,66	R\$ 9.183,00
5	LSS281005SS	REPELENTE (Exclusivo ME/EPP)	453057	25	1.200	R\$ 37,27	R\$ 44.724,00

6	LSS281006SS	LANTERNA DE MERGULHO (Exclusivo ME/EPP)	343156	20	30	R\$ 41,58	R\$ 1.247,40
7	LSS281007SS	MOTOR DE POPA 30HP RABETA LONGA	617638	1	5	R\$ 17.869,33	R\$ 89.346,65
8	LSS281008SS	MOTOR DE POPA 30HP RABETA LONGA (Cota ME/EPP)	617638	1	1	R\$ 17.869,33	R\$ 17.869,33
9	LSS281009SS	MOTOR DE POPA 30HP RABETA CURTA	617638	1	5	R\$ 17.869,33	R\$ 89.346,65
10	LSS281010SS	MOTOR DE POPA 30HP RABETA CURTA (Cota ME/EPP)	617638	1	1	R\$ 17.869,33	R\$ 17.869,33
11	LSS281011SS	MOTOSSERRA (Exclusivo ME/EPP)	479713	1	21	R\$ 2.082,88	R\$ 43.740,48
12	LSS281012SS	LINHA NYLON BRANCA N°10 (Exclusivo ME/EPP)	602866	30	48	R\$ 30,97	R\$ 1.486,56
13	LSS281013SS	ARCO DE SERRA (Exclusivo ME /EPP)	215154	10	15	R\$ 34,03	R\$ 510,45
14	LSS281014SS	FITA DE COSTURA PARA ESCALADA (Exclusivo ME/EPP)	224856	5	30	R\$ 181,78	R\$ 5.453,40
15	LSS281015SS	PÉ DE CABRA (Exclusivo ME/EPP)	601755	10	12	R\$ 67,78	R\$ 813,36
16	LSS281016SS	LONA VERDE (Exclusivo ME/EPP)	449510	10	700	R\$ 74,22	R\$ 51.954,00

1.1.1. A descrição detalhada dos materiais encontra-se no Anexo III a este Termo de Referência.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade “podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado”.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.6. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma demanda inerente e recorrente para manutenção da operação dos meios aéreos.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. Foi adotado o SRP conforme preconiza o Inciso I, Art. 3º do Decreto 11.462/2023: “I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes”, visto que os materiais de SSS são fundamentais para garantir a disponibilidade da frota aeronáutica e conforme justificativas constantes no tópico 2.1 deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico abaixo.

2.1.1. O Comando da Aeronáutica (COMAER) tem como missão fundamental "manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vista à defesa da Pátria". Dentro deste compromisso, todas as aeronaves são equipadas com materiais e equipamentos projetados para preservar a vida humana em situações críticas, desempenhando um papel essencial na segurança e proteção dos tripulantes. Esta abordagem reflete o compromisso contínuo da Aeronáutica em garantir a eficácia operacional e a proteção dos seus recursos humanos, essenciais para a execução das suas diversas missões em defesa do Brasil.

2.1.2. No âmbito dessa estrutura operacional, o Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMALS) desempenha um papel crucial como uma Organização Militar de natureza industrial. Sua missão principal consiste no gerenciamento e execução de manutenções de várias aeronaves pertencentes a projetos estratégicos do COMAER, sendo destacado especificamente como o Parque responsável pelo Projeto SSS, conforme estabelecido pela DCA 400-57/2023. Essa designação sublinha sua importância estratégica na manutenção da prontidão operacional das aeronaves, garantindo sua disponibilidade e eficiência para sustentar as operações aéreas essenciais à defesa nacional.

2.1.3. Nos tempos atuais, as aeronaves evoluíram significativamente em complexidade e sofisticação operacional, empregando avançadas técnicas de combate, busca e salvamento, transporte, reconhecimento e apoio, entre outras funções estratégicas. Para desempenharem eficientemente seu papel no cenário militar contemporâneo, é imprescindível que sejam equipadas com itens essenciais de Segurança, Salvamento e Sobrevivência (SSS). A ausência ou a inadequação desses equipamentos pode comprometer severamente a capacidade operacional das aeronaves, podendo até mesmo resultar em indisponibilidade de aeronaves. Portanto, o fornecimento adequado e a manutenção desses componentes são fundamentais para assegurar a prontidão e a eficácia das operações aéreas, garantindo a segurança dos tripulantes e a realização bem-sucedida das missões atribuídas ao Comando da Aeronáutica (COMAER).

2.1.4. Para garantir o suporte operacional, a Força Aérea Brasileira (FAB) necessita adquirir materiais destinados à aplicação direta nas aeronaves, bem como em seus componentes integrantes e nas atividades de suporte à manutenção. Estes materiais incluem itens de consumo indispensáveis para as inspeções programadas e não programadas em todas as unidades operacionais. Essa abordagem visa manter a máxima disponibilidade operacional das aeronaves, assegurando que estejam em condições ideais para cumprir suas missões estratégicas com eficiência e segurança. A aquisição estratégica desses materiais desempenha um papel crucial na sustentação das operações aéreas da FAB, garantindo a prontidão contínua e a excelência operacional em todas as suas missões.

2.1.5. Destaca-se que os tripulantes das mais diversas aviações de nossa Força Aérea, bem como outros usuários desses equipamentos, necessitam de material adequado destinado ao uso individual e coletivo nas inúmeras missões do COMAER, para bem cumprir os objetivos de cada trabalho a desenvolver.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000019/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 30/10/2023;;

III) Id do item no PCA: 306;

IV) Classe/Grupo: 4240 - EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO;

V) Identificador da Futura Contratação: 120071-30/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico abaixo:

3.1.1. Dada o levantamento de mercado realizado, a solução como um todo abrange aquisição de materiais, para as inspeções programadas de 1º, 2º e 3º nível:

3.1.2. 1º Nível: Manutenção denominada nível operador, consiste em tarefas realizadas no nível orgânico sob a responsabilidade do próprio operador, visando manter as condições das aeronaves e equipamentos;

3.1.3. 2º Nível: Manutenção de segundo nível ou Intermediária é aquela que envolve serviços que sejam comuns a qualquer tipo de aeronave e equipamentos, como estrutura, metalurgia, pintura, limpeza e manutenção de baterias; e

3.1.4. 3º Nível: Também chamado como nível Parque, exige capacitação técnica e estrutura superiores aos níveis 2 e 3. Engloba normalmente serviços de alta complexidade, bem como as grandes inspeções e reparos.

3.1.5. Os itens para atender às manutenções descritas acima compõem os seguintes conjuntos:

3.1.5.1. “Atividade de Costura”: Aquisição de materiais, sob demanda, necessários para manutenção da capacidade operacional das atividades de costura. Estas atividades visam a confecção e reparo de equipamentos (arreios, harness, bolsas,...) que serão utilizados nas diversas missões inerentes à FAB bem como possibilitar o reparo dos itens citados retornando-os à condição operacional;

3.1.5.2. “Equipamentos Infláveis”: Aquisição de Materiais, sob demanda, relacionados aos equipamentos infláveis (coletes infláveis, botes de sobrevivência, ...) e sua manutenção, garantindo o cumprimento das manutenções descritas nos manuais técnicos e o fiel cumprimento das diretivas técnicas enviadas pelos fabricantes, com vistas a equipar as aeronaves e conjuntos de sobrevivência para utilização em casos de incidente/acidente aeronáutico;

3.1.5.3. “Kits de Sobrevivência”: Aquisição de Materiais, sob demanda, para recompletar os Conjuntos de sobrevivência dotados na FAB que equipam as todas as aeronaves bem como os conjuntos de materiais que auxiliam os integrantes das equipes de resgate nas missões de busca e resgate;

3.1.5.4. “Cilindros e Mergulho”: Aquisição de Materiais, sob demanda, utilizados para as inspeções periódicas nos cilindros de ar respirável e para equipar as equipes de resgate com equipamentos que irão auxiliar na atuação em operações em ambiente aquático;

3.1.5.5. “Grupo Motopropulsor”: Aquisição de Materiais, sob demanda, que irão equipar os barcos utilizados pelas equipes de resgate da FAB em missões que necessitem do deslocamento sob a água e motosserras que auxiliarão as mesmas equipes em operações em ambientes de mata densa;

3.1.5.6. “Caixa de Abertura”: Aquisição de Materiais, sob demanda, que proporcionarão a revisão dos equipamentos utilizados pelos tripulantes em todas as aeronaves de assentos ejetáveis da FAB;

3.1.5.7. “Materiais de montanhismo”: Aquisição de Materiais, sob demanda, que irão apoiar as equipes de resgate da FAB nas diversas missões cuja área de operação seja de difícil acesso, como mata e montanhas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A futura CONTRATADA deverá obedecer a todas as leis e normas locais que se destinem à proteção do meio ambiente, promovendo ações sustentáveis e minimizando os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto do Termo de Referência.

4.1.2. A futura CONTRATADA será responsável pelo descarte dos materiais, observando a legislação ambiental.

4.1.3. Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a futura CONTRATADA observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 (Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Contratação de Serviços ou Obras pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional), de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG).

4.1.4. A CONTRATADA também fica obrigada a observar os limites de emissão de poluentes atmosféricos, que deverão respeitar, quando aplicável, os limites aceitáveis pela Resolução CONAMA.

4.1.5. Caso as atividades da CONTRATADA se enquadrem nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.6. São proibidas, à CONTRATADA, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.7. Lançamentos em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.1.8. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.9. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e

4.1.10. Outras formas vedadas pelo poder público.

4.1.11. A CONTRATADA deve cumprir com todas as regulações federais, estaduais e municipais relativas à proteção ambiental e sustentabilidade dos recursos humanos, naturais, hídricos, biológicos, entre outros. Neste escopo se incluem também a realização de coleta e distribuição prevista de produtos químicos, especiais e/ou tóxicos, acondicionamento de ambientes de trabalho, exaustão de gases e produtos gasosos, segurança do trabalho em oficinas mecânicas e/ou elétricas, controle médico de saúde ocupacional.

4.1.12. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

4.1.12.1. Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.1.12.2. Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.1.12.3. Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.1.13. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:

4.1.13.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.1.13.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.1.13.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.1.14. Os bens deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.14.1. Preferencialmente, a contratada deve utilizar embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, dando preferência a indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

4.1.15. Os bens, como regra geral, não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.16. O objeto é composto pela compra de material aeronáutico, não envolvendo nenhuma ação que possa causar impactos ambientais relacionados à execução contratual, além daquelas elencadas nos itens anteriores.

4.1.17. Não são cabíveis medidas mitigadoras, uma vez que não há possíveis impactos ambientais.

4.1.18. Não há necessidade de licenciamento ambiental para efetivação da contratação pretendida.

4.1.19. A presente contratação está de acordo com o Plano de Logística Sustentável da Guarnição de Lagoa Santa (PCA 400-211 /2022), em cujo item 5.1.10.2 apresenta que nos processos licitatórios das Organizações Militares da Guarnição de Lagoa Santa devem constar as cláusulas mínimas necessárias visando a não agressão ao meio ambiente e à sustentabilidade.

4.1.20. Verificou-se que não há legislação específica e nem foi encontrado no mercado bens viáveis com critérios de sustentabilidade.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, características ou modelos.

4.2.1. O detalhamento dos itens e suas descrições podem ser encontradas no Anexo III deste Termo de Referência.

4.2.2. Todos os materiais entregues pela CONTRATADA deverão ser originais do fabricante do item (*factory new*) ou PMA (*part manufactured approved*). Por conseguinte, a CONTRATADA obriga-se a entregar os materiais em perfeito estado, sem danos consequentes do manuseio, embalagem ou estocagem, aprovadas pelos controles de qualidade da empresa e da FAB, quando for o caso.

4.2.2.1. No caso de eventual oferta de materiais nacionalizados ou de impossibilidade comprovada de obtenção de materiais nas condições do item acima, seus fornecimentos deverão ser, obrigatoriamente, submetidos à análise e aprovação prévia do PAMALS, mediante apresentação de documentação de rastreabilidade dos itens ofertados pela CONTRATADA (documentos técnicos, como certificado de procedência ou certificados de alternância e de conformidade autorizada pelo fabricante, que permitam a devida rastreabilidade, e aprovação pela CONTRATANTE, a fim de garantir o desempenho e a segurança das frotas apoiadas pelo Projeto).

4.2.3. Quanto à existência de versões tecnicamente aperfeiçoadas ou melhoradas de um mesmo material, sempre devem ser fornecidos os *Part Numbers (PN)* mais recentes e que cumpram todos os boletins (*Service Bulletins, Spare Parts Bulletins*) vigentes da fabricante, salvo solicitação explícita de *Part Number* anterior a determinado(s) boletim(ins).

4.2.4. O certificado de garantia original deverá acompanhar a fatura, bem como documentos que comprovem a procedência desde a origem do material. Todo o material também deverá estar acompanhado, quando for aplicável, do respectivo Certificado de Conformidade do Fabricante ou do *Authorized Release Certificate*, por exemplo, *FAA Form 8130-3* ou *ANAC SEGVOO 003*, em função da necessidade de garantir a autenticidade, a qualidade e a rastreabilidade, para que sejam mantidos os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

4.2.5. Todos os itens fornecidos pela futura CONTRATADA passam a ser propriedade da CONTRATANTE no momento da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO, confeccionado pela Comissão de Recebimento.

4.2.5.1. Em caso de ofertas de spare parts ou Part Numbers diferentes dos referenciados no Documento de Formalização de Demanda, apontados pelo possível fornecedor à contratada como PN alternado ou superador, sua aceitação dar-se-á pelo Setor de Planejamento de Materiais (TPMT) do PAMALS, por meio de pesquisas em catálogos técnicos. Quando solicitado para atestação complementar, a empresa deverá encaminhar comprovação técnica da alternância dos itens para análise do setor responsável na Subdivisão de Planejamento (TPLJ), a ser fornecida pelo possível fornecedor.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não haverá vedação de contratação de marca ou produto.

Da exigência de amostra

4.4. Tendo em vista as condições do material especificadas no Anexo III - Descrição dos Itens SSS, não será necessária apresentação de amostras.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes abaixo:

4.6.1. Como se sabe, o Sistema de Registro de Preços - SRP consubstancia-se num procedimento precedido de licitação, destinado a contratações futuras de prestação de serviços ou aquisição de bens.

4.6.2. A formalização da ata gera apenas uma expectativa de direito ao signatário, não lhe conferindo nenhum direito subjetivo à contratação.

4.6.3. Considerando que não há direito à contratação, não há que se falar em garantia da execução.

4.6.4. Por outro lado, pode decorrer da ata de registro de preços contrato formal de entrega do material registrado, que venha a ser executado em determinado período.

4.6.5. Neste caso não será necessário estipular garantia para a execução do objeto, uma vez que em contrato para a entrega de bens o pagamento somente ocorrerá depois do recebimento técnico e definitivo do objeto contratual pela fiscalização.

Confidencialidade

4.7. Requisitos de proteção de dados pessoais:

4.7.1. As PARTES tratarão os dados pessoais disponibilizados pela outra PARTE exclusivamente para o estrito cumprimento das obrigações objeto do Contrato, e em estrita observância à Legislação aplicável.

4.7.2. Na execução, cada PARTE individualmente se compromete a adotar medidas de segurança, sejam técnicas, administrativas e outras necessárias à proteção dos dados pessoais disponibilizados aos quais tiverem acesso em razão do presente instrumento.

4.7.3. As PARTES não transferirão dados pessoais disponibilizados pela outra PARTE a terceiros, exceto nas seguintes hipóteses:

4.7.3.1. Para cumprimento do objeto, no limite em que se faz necessário conhecer;

4.7.3.2. Por determinação legal ou cumprimento de ordem judicial. Neste caso a respectiva PARTE, providenciará, tão logo seja possível, a comunicação de tal fato à outra PARTE.

4.7.4. Cada PARTE se responsabiliza individualmente a informar, em prazo razoável à outra PARTE e ao titular dos dados, caso verificada quebra de segurança ou suspeita da mesma.

4.7.5. Encerrada a relação contratual, independentemente do motivo e excetuadas as hipóteses em que seja necessário o tratamento dos dados por determinação legal ou judicial, as PARTES cessarão imediatamente todas as atividades de tratamento dos referidos dados pessoais, e deverá descartá-los, torná-los anônimos, ou devolvê-los à outra PARTE, a critério desta e, em conformidade com a Legislação aplicável.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.9. Em atendimento ao Decreto 11.890/2024, foi certificado que os materiais cujas aquisições são pretendidas não constam na Lista de Margem de Preferência elaborada pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas - CICS. Feito acesso ao arquivo disponibilizado no link https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/comissao-interministerial-de-contratacoes-publicas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/lista_completa_ncm_margens_res01.xlsx em 10/10/2025, às 10h 15min.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento de notificação solicitando o produto, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **PAMA-LS - Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa - Av. Brigadeiro Eduardo Gomes s/nº - Vila Asas - CEP: 33.236-085 - Lagoa Santa - MG. Somente nos dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 (segunda à sexta) com agendamento prévio, pelo telefone (31) 3689-3309, para conferência do produto com as especificações técnicas solicitadas no termo de referência, ficando vinculada a adjudicação do item à aprovação por equipe técnica responsável, registrada em termo próprio.**



5.4. Diante das **orientações contidas na Instrução Suplementar (IS) nº 43-001 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)**, a Administração não aceitará o fornecimento de **peças suspeitas**.

5.4.1. Uma peça suspeita é uma peça que, por qualquer razão, acredita-se não ser uma “peça aprovada” ou “peça aceitável”, embora esteja denominada como tal. As suspeitas podem incluir diferenças no acabamento, tamanho, coloração, falta ou impropriedade de identificação, documentação incompleta, ou qualquer outra indicação questionável.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1. A exigência de garantia complementar faz-se necessária uma vez que os materiais são utilizados para segurança, salvamento e sobrevivência de tripulação e passageiros em voo e/ou sinistros aéreos e, estão sendo considerados os prazos para envio aos operadores, início de sua utilização e, caso necessário, confecção de relatório por pessoal qualificado, testes cabíveis e remessa ao Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, centralizador da aquisição, de forma a contactar o fornecedor para reparo/troca.

5.5.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. Embora no item 4.2.2. fora explícito que os itens entregues devem ser novos, caso ocorra eventos adversos que atrasem a entrega do material, é necessário que no momento da entrega os materiais dispostos neste Termo de Referência devam ter, ainda, um tempo de utilização mínima conforme tabela abaixo, de acordo com a data de fabricação em virtude de serem materiais utilizados para segurança, salvamento e sobrevivência da tripulação e passageiros em voo e/ou sinistros aéreos. Logo, é de suma importância que sejam utilizados itens apenas dentro das validades estipuladas pelo fabricante pelo maior prazo possível de tempo.

Vencimento total do item	Vencimento mínimo a possuir no ato da entrega
--------------------------	---

< 370 dias	82% (300 dias)
Entre 370 dias e 6 anos	93% da Validade total (67 meses)
Acima de 6 anos	97% da validade total

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Para a multa moratória em relação ao prazo de execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, serão aplicadas multas calculadas com base na seguinte fórmula:

(a) $M = (C/T) \times N \times F$, sendo:

(i) M = valor da multa;

(ii) C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;

(iii) T = prazo constante no cronograma físico-financeiro, para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;

(iv) N = período de atraso em dias corridos; e

(v) F = fator progressivo de correção por dia de atraso.

(b) o fator progressivo de correção (F) é obtido conforme a Tabela 1.

PERÍODO DE ATRASO (DIAS CORRIDOS)	F
Até 10 dias	0,03
De 11 a 20 dias	0,06
De 21 a 30 dias	0,09
De 31 a 40 dias	0,12
Acima de 40 dias	0,15

Tabela 1 - Fator progressivo de correção por dia de atraso

(c) Caso o valor da multa calculada de acordo com a fórmula acima não alcance o mínimo previsto no caput do art. 12 da Portaria GABAER nº 623/GC4 (0,5%), deve-se afastar o valor apurado mediante fórmula e aplicar a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato.

(d) No caso de a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, ou da contratação, sem motivo justificado, exceto nos casos previstos no art. 14 da Portaria GABAER nº 623/GC4, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s), de acordo com a faixa que abranger o período de atraso, conforme abaixo:

(i) atraso até o 3º (terceiro) dia, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

(ii) atraso entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso; e

(iii) atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso.

(e) Em se tratando de compras/obras ou serviços de engenharia, prestação de serviços de conservação e limpeza ou qualquer outro serviço contínuo, o atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato.

7.2.4.2. Para multa compensatória, seguir-se-á os seguintes parâmetros:

- (a) No caso da CONTRATADA deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.
- (b) No caso da CONTRATADA não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento), por ocorrência.
- (c) No caso da CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), por ocorrência.
- (d) No caso da CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dar causa à inexecução total do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza ou praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), por ocorrência.
- (e) No caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, ou da contratação, sem motivo justificado, poderá ser aplicada a multa de 2% (dois por cento), sem prejuízo do previsto no item 1 (multa moratória).

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-DI** de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 8.27.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/12/2025.
- 8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-DI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, sob demanda.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.31.1.1. *O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que já forneceu o objeto licitado a entes públicos ou privados, em perfeitas condições, de pelo menos 5% da quantidade total do objeto.*

9.31.1.2. *A prova do fornecimento do objeto poderá ser substituída por contratos firmados, documentos fiscais ou equivalentes emitidos para o mesmo objeto ou objeto semelhante, que somem, pelo menos, as quantidades mencionadas no subitem anterior.*

9.31.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante*

9.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.31.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos*

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF /FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 376.977,21 (trezentos e setenta e seis mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e um centavos).

10.2. A Contratada deverá comunicar a Contratante caso adote o Regime Especial de Tributação para Indústria de Defesa – RETID durante a vigência do contrato, objetivando o reajuste de preços em função dos benefícios tributários obtidos, sendo vedado o repasse de tributos isentos à Contratante.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida por crédito contemplado no Plano de Ação para o Exercício de 2024, no Programa 6012 (Defesa Nacional) e Ação 2048 (Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico), pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/120026 (Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa)

II) Fonte de Recursos: A ser definido na descentralização;

III) Programa de Trabalho: A ser definido na descentralização;

IV) Elemento de Despesa: 339030 e 449052; e

V) Plano Interno: A ser definido na descentralização;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE MARTINS MOURA

Membro da Requisitante

JOSE EDUARDO SIQUEIRA DE CASTRO JUNIOR

Membro Técnico

FABIO AYRES DOS SANTOS FERREIRA

Membro Administrativo

DANIELE BERTOLIN DUARTE

Membro Administrativo Auxiliar

JOSE ERASMO LEITE JUNIOR

Agente de Controle Interno do PAMA LS

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência, por conter os elementos necessários para contratação dos serviços pretendidos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento.

CLAUDOMIRO FELTRAN JUNIOR
Ordenador de Despesas do PAMA LS

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo III TR - Descricao dos Itens SSS.pdf (5.55 MB)
- Anexo II - Anexo IV TR - Definicao de Indice de Reajuste.pdf (100.79 KB)
- Anexo III - Anexo V do TR - Modelo de Proposta de Preco.pdf (68.98 KB)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR_120071-000276-2025
Data/Hora de Criação:	15/12/2025 13:59:59
Páginas do Documento:	22
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	23
Hash MD5:	2580466db0fd24d9732b816c49571007
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FÁBIO AYRES DOS SANTOS FERREIRA no dia 15/12/2025 às 11:07:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento DANIELE BERTOLIN DUARTE no dia 15/12/2025 às 11:08:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QOEAV ANDRE MARTINS MOURA no dia 15/12/2025 às 11:12:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JOSÉ EDUARDO SIQUEIRA DE CASTRO JUNIOR no dia 15/12/2025 às 11:32:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel JOSÉ ERASMO LEITE JUNIOR no dia 16/12/2025 às 13:42:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel CLAUDOMIRO FELTRAN JUNIOR no dia 16/12/2025 às 17:09:05 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO